Pedido de admissão à assistência judiciária em matéria civil, administrativa, comercial e direito tributário.

AO CONSELHO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DE (NOME DA CIDADE ONDE SERÁ EFETUADA A DILIGÊNCIA)

O abaixo assinado ....................................................................................................................

(NOME COMPLETO)

PEDIDOS

Em cumprimento aos requisitos e condições previstos no Decreto Presidencial 115/02 para concessão de assistência jurídica sob patrocínio do Estado, nos termos do art. 79 do Decreto Presidencial:

1. Indica os dados pessoais (nome, local de nascimento, residência, CPF)

Nome Completo:..................................................................................................................

Local e Data de Nascimento: ..............................................................................................

Residência: .........................................................................................................................

CPF: ....................................................................................................................................

Indica os dados pessoais do outro membro da família (nome, local de nascimento, residência, CPF)

Nome Completo:..................................................................................................................

Local e Data de Nascimento: ..............................................................................................

Residência: .........................................................................................................................

CPF: ....................................................................................................................................

1. Auto-certifica e atesta com assinatura aposta no presente pedido, as condições da renda total prevista no art. 76 da Lei em euro de €... ... ... ... ... .. (Equivalente em liras ) da última

declaração.

Com a indicação da determinação do rendimento tributável do seguinte modo: Rendimento pessoal, referente ao ano de... ... ... ... Euro ... ... ... ... ....

Bens imóveis próprios ... ... ... ... ... ... ..

Bens móveis próprios ... ... ... ... ..

Renda familiar ... ... ....

1. Compromete-se em comunicar, enquanto o processo estiver pendente, as alterações relevantes de rendimento verificadas no ano precedente, no prazo de 30 dias subsequentes ao termo do prazo de um ano após a apresentação do pedido ou da eventual comunicação de alterações precedente.
2. Nos termos do art. 122 do Decreto Presidencial 115/2002, o relatório em anexo, que estabelece as declarações de fato e de direito que permitam apreciar se as pretenções que o interessado tenciona invocar não são manifestamente infundadas, indicando especificamente as provas que tenciona apresentar.

Disponível para todos os efeitos.

 , data e local

assinatura do interessado